

IV REACT – REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Campinas - SP, 24 a 27 de setembro de 2013

Disputas cosmopolíticas e conflito ambiental na Amazônia brasileira, a
partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Lorena Cândido Fleury¹

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, projetada para ser implantada no Rio Xingu, na Amazônia brasileira, é frequentemente apresentada como aquela que será a terceira maior hidrelétrica do mundo – com proporcional capacidade de gerar controvérsias e conflitos. Tais conflitos persistem há mais de 30 anos, e têm em seu histórico estratégias e associações entre grupos e demandas que estão na origem do socioambientalismo, demarcando uma nova fronteira de atuação e reivindicação política. O objetivo deste artigo é analisar como o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, ao articular ambientalistas, comunidades indígenas, agricultores, ribeirinhos e acadêmicos, entre outros, reclama a agência de comunidades, rios, animais, matas na definição do que é prioritário na construção do mundo comum, em oposição ao discurso do desenvolvimento como ocidentalização.

Para tanto, serão identificados os agentes humanos e não humanos envolvidos nas disputas, analisando-se suas articulações e seus movimentos de entrecaptura (STENGERS, 2003) em torno da obra, adotando-se a noção de rede sociotécnica tal qual definida por Bruno Latour (LATOURE, 2003). Pretende-se, assim, apresentar uma cartografia dos agentes envolvidos, e discutirem-se os processos pelos quais o conflito e sua dinâmica em torno de *pontos de vista* divergentes têm se configurado. Considera-se ainda que haja no processo entrecapturas distintas, caracterizadas por restrições lógicas e sintáticas diferentes. Essas distinções ficam claras no que se refere ao controle do tempo. Portanto, será associada à discussão da rede sociotécnica a análise das disputas cosmopolíticas pela definição de “ambiente” e “desenvolvimento”, conceitos centrais nas contestações entre os grupos confrontantes. A guisa de conclusão argumenta-se que ao se disputar o que cabe na noção de ambiente – cujo lócus central de embate está no processo de licenciamento ambiental e na negociação de indenizações – se disputa, no

¹ Doutora em Sociologia; Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGS/UFRGS

limite. o princípio mesmo da Grande Divisão que caracteriza o ideal moderno.

Belo Monte, a obra: localização e contexto atual

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) começou a ser construída no primeiro semestre de 2011 no Rio Xingu, na Amazônia brasileira, nas adjacências de 11 municípios do estado do Pará (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu).

Composta por uma barragem principal, na localidade chamada sítio Pimental, uma segunda barragem localizada no sítio Bela Vista, uma casa de força principal, situada na comunidade Belo Monte, dois canais de derivação e vários diques, a construção da UHE Belo Monte implica em obras em diferentes trechos do Rio Xingu e em terras vizinhas. Segundo a Eletrobrás, a concepção do empreendimento visa ao aproveitamento do desnível natural de cerca de 90 metros existente entre a cidade de Altamira e a localidade de Belo Monte, onde o rio já passa a sofrer influências do Rio Amazonas e da maré. O reservatório da UHE Belo Monte está previsto para ter 516 km² de área alagada, sendo formado a partir do desvio do rio Xingu na altura do sítio Pimental. Para tanto, são necessárias escavações da ordem de 150,7 milhões de m³ e 50 milhões de m³ de rochas – superiores à escavação realizada para construção do Canal do Panamá –, demandando a utilização de 4,2 milhões de m³ de concreto (LISBOA; ZAGALLO, 2010). Em consequência desse desvio, um trecho de cerca de 100 km do leito do rio, entre os sítios Pimental e Belo Monte, terá o seu nível de água drasticamente reduzido. Esse trecho abrange a maior parte da região conhecida como Volta Grande do Xingu, notória por sua alta diversidade biológica (MEDEIROS, 2009), e povoada por diversas comunidades de ribeirinhos, agricultores e indígenas, incluindo duas Terras Indígenas (TI), TI Paquiçamba e TI Arara dos Maia (FIG.03).

Após concluída, estima-se que Belo Monte terá potencial de produzir até 11.200 Megawatts (MW), o que a colocaria como a terceira maior hidrelétrica do mundo em potência instalada, atrás das usinas hidrelétricas de Três Gargantas, na China, e de Itaipu, situada na fronteira entre o Brasil e a Argentina. No entanto, devido à

sazonalidade do Xingu, considera-se que a potência média garantida ao longo do ano é de 4.796 MW de energia firme² (ELETROBRÁS, 2002).

Sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, e executada pela sociedade de propósito específico Consórcio Norte Energia, a UHE Belo Monte conta em seus quatro canteiros de obras, atualmente (início de 2013), com aproximadamente 18 mil trabalhadores. Desse total, 14 mil trabalhadores são funcionários do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), empresa responsável pelas obras civis, e quatro mil são empregados por empreiteiras subcontratadas. O cronograma do empreendimento considera a entrada em operação da primeira turbina em fevereiro de 2015, sendo planejado que em 2013 atinja-se o pico das obras.

Contudo, este cronograma tem estado desde o seu início sob a iminência de ser alterado em função dos inúmeros problemas relacionados à obra. Ações no judiciário, solicitações de suspensão imediata da obra pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), paralisações de estradas e de canteiros de obras devido a ocupações realizadas por indígenas, greves de trabalhadores e mais recentemente até mesmo o flagrante de crime de tráfico de pessoas em estabelecimentos localizados no interior da área do canteiro de obras são exemplos de situações frequentemente veiculadas como motivos para possíveis interrupções ou a suspensão total da construção da UHE Belo Monte. Ainda assim, segundo o consórcio empreendedor, “as dificuldades não alteraram as metas previstas para 2012 e, por isso, o final de ano foi de comemorações.” (NORTE ENERGIA, 2012).

No entanto, os motivos para comemorações estão longe de ser um consenso. Segundo informações do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, coletivo que congrega cerca de 100 entidades contrárias à construção de Belo Monte, os indicadores do município de Altamira, cidade-polo da obra, não se prestam a festejos: entre 2011 e 2012, a apreensão de crack pela Polícia Civil aumentou 900% em Altamira, enquanto a quantidade de cocaína foi ainda maior, aumentando em cerca de 12 vezes; a prostituição também tem aumentado de forma exponencial no município. Dados veiculados pela Agência Brasil de Comunicação e pela Universidade Federal do Pará confirmam que o período de crescimento do tráfico e da prostituição em Altamira coincide com o início das obras de instalação da hidrelétrica, em 2011. Segundo os dados mais recentes da

² A energia firme representa a capacidade de produção de uma usina no período crítico do referido sistema, ou seja, aquele período para o qual as vazões históricas são baixas, implicando menor capacidade de produção.

Secretaria de Planejamento de Altamira divulgados pela Agência Brasil, a população do município cresceu de 99 mil habitantes, em 2010, para cerca de 145 mil habitantes em 2012.

O Ministério Público Federal no estado do Pará (MPF/PA) endossa a preocupação dos movimentos sociais: segundo os procuradores da república, a demora da Norte Energia em cumprir as condicionantes mínimas estabelecidas pelo Ibama³ para as obras está causando colapso em vários serviços públicos da região e dano às condições de vida das populações afetadas (MPF, 2012). Até o momento, existem 15 processos judiciais iniciados a partir de ações do Ministério Público Federal referentes à construção da UHE Belo Monte. Os processos tratam de diversas ilegalidades, que abarcam o processo de licenciamento ambiental, o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas sem regulamentação, o não cumprimento de medidas obrigatórias de prevenção e redução dos impactos, os riscos de remoção de povos indígenas e a violação dos direitos da natureza e das gerações futuras. Desses 15 processos, apenas a primeira Ação Civil Pública (ACP), sobre a esfera estadual ou federal do licenciamento, foi julgada, sendo a decisão em favor do MPF.

Portanto, do estudo do inventário do potencial energético da bacia hidrográfica do Rio Xingu, iniciado em 1975, até a autorização para a construção da usina hidrelétrica, se passaram 36 anos, muitas pessoas, muitos planos, muitas expectativas, e, essencialmente, muitas controvérsias. Constituindo a formulação e a execução deste projeto, há uma intensa trama composta por interesses que vêm desde estratégias de governo a membros do “setor elétrico”, que articula do capital internacional a empreiteiras. Dessa forma, o projeto atravessou distintas fases da política nacional sempre se mantendo como prioritário: a construção de Belo Monte encabeçou a lista de obras estratégicas dos governos Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff, sempre sendo mantido por uma profunda e duradoura vontade política e institucional de realizá-lo.

De outra parte, há uma não menos intensa e persistente rejeição ao projeto. Essa rejeição traz em seu bojo um dos principais marcos do surgimento do socioambientalismo, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989, quando grupos indígenas Kayapó, apoiados por lideranças indígenas de diversos povos, ambientalistas e entidades da sociedade civil, decidiram protestar contra as

³ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão responsável pelo licenciamento ambiental na esfera federal.

decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios. Este fato é especialmente importante porque, de acordo com Cunha e Almeida (2009, p. 277), a partir de então ocorreu uma “surpreendente mudança de rumo ideológico”, na qual “as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao ‘desenvolvimento’, ou na melhor das hipóteses candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente de modernidade”, basicamente pela sua associação à conservação ambiental. A própria noção de “populações tradicionais”, entendida como sujeitos políticos capazes de estabelecer uma articulação entre práticas conservacionistas e direitos territoriais, emergiu a partir desse contexto.

Assim, o adjetivo *socioambiental* foi então sendo criado, a partir dos conflitos e mobilizações na Amazônia brasileira, em franco contraste ao modelo Yellowstone de preservação da natureza, iniciado nos Estados Unidos, que valorizava a natureza porque presumivelmente “intocada”, sem população humana. Associado a esse adjetivo, emergiam processos que não se adequavam às formulações clássicas dos embates sociais. Ao congregarem e oporem grupos sociais diversos em torno de disputas nas quais a “natureza” adquiria papel central, estes conflitos, no âmbito da sociedade civil, passaram a impulsionar o emergente *movimento socioambientalista*, o “ambientalismo à brasileira”, que pouco mantém em comum com o ambientalismo “clássico” que se concentra nas questões técnicas ou administrativas para solucionar os impactos ambientais ou preservar a natureza (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 22). Academicamente, resultaram em uma demanda por reformulações das interpretações sociológicas, transformando tais conflitos em objeto de análise, nas palavras de Boudes (2008, p. 15), “independentemente do interesse que os sociólogos até então manifestavam pelo ambiente”.

É justamente, portanto, para compreender esses conflitos que se dão na fronteira entre grupos sociais heterogêneos e apropriações materiais e simbólicas daquilo que convencionamos chamar natureza que emergem os estudos de conflitos ambientais como campo teórico de investigação. Precisamente, na formulação elaborada por um dos mais influentes pesquisadores deste campo de estudos no Brasil, Henri Acserald:

Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das *formas sociais de apropriação do meio* que desenvolvem ameaçada por *impactos indesejáveis* – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos. O conflito pode derivar da disputa pela apropriação de uma

mesma *base de recursos* ou de bases distintas mas interconectadas por *interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas*, etc. Este conflito tem por arena *unidades territoriais compartilhadas* por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as *condições materiais* do exercício das práticas de outros agentes (ACSERALD, 2004, p. 26, destaques da autora).

Efetivamente, ao se analisar o histórico do conflito em torno de Belo Monte, se pode considerar que se configura um conflito ambiental tal qual definido por Acserald (2004), no qual há a disputa por “unidades territoriais compartilhadas”. Contudo, o que também parece se desprender da análise desses eventos é que, ainda que se esteja disputando os usos e apropriações do Xingu e de sua Volta Grande, *há também mais do que isso*. Na definição de qual será a forma de se relacionar com o rio há “um simbolismo muito forte”, tal qual expressado pelo então ministro do Meio Ambiente Carlos Minc em uma declaração à imprensa⁴, porque nas águas caudalosas do Xingu corre uma série de oposições que, junto com o rio, vêm também à cena central do conflito. Assim, a oposição rio correndo livre, “Xingu Vivo” x rio barrado, “Aproveitamento Energético”, traz em si oposições de diferentes ordens, como qualidade de vida x desenvolvimento; uso local x projeto nacional; relações de afeto x atratividade econômica do “recurso natural”.

Para abarcar este “algo a mais” do conflito, o que a mim parece importante é se considerar que, ao conectar uma ampla rede – indígenas, ribeirinhos, autoridades políticas, ambientalistas, socioambientalistas, celebridades, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, a floresta amazônica e a bacia do Rio Xingu – na disputa por agência, está em jogo algo além da atualização de antigos conflitos sociais mediante um discurso ambiental (FUKS, 2001; LOPES, 2004), mas também para além da disputa por “apropriação material e simbólica de unidades territoriais compartilhadas”, tal qual a definição corrente de conflitos ambientais (ACSERALD, 2004). Nesse sentido, o interesse em se manter a *aposta* na noção de conflito ambiental está, proponho, em se explorar o duplo movimento de suspeita e de suspensão que ela pode provocar, isto é, admitindo-a como “um outro locus de inscrição e intervenção, um outro lugar de enunciação híbrido, ‘inadequado’”, de maneira análoga ao lugar proposto por Bhabha (1998, p. 334) para a agência pós-colonial.

⁴ Declaração veiculada pelo portal de notícias G1, em 01 fevereiro de 2010. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1472165-5598,00.html>, acesso em março 2013.

Assim, a aposta na categoria conflitos ambientais para análise do conflito em Belo Monte visa, justamente, sobrecarregar o seu significado para incluir o hibridismo, os excessos e as perspectivas concorrentes na composição de um mundo comum, tal qual vivenciado no conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Ou seja, das sugestões de Bhabha (1998), essa proposta aceita o hibridismo e a inadequação do conceito de conflito ambiental como características de contextos de fronteiras. De Latour (1994), Stengers (2007) e De La Cadena (2010), incorpora-se na análise a abertura para a demanda por novos possíveis, isto é, a presença da cosmopolítica. De Viveiros de Castro (2002), recorre-se à contribuição do perspectivismo ameríndio como postura filosófica, e à consideração de que os pontos de vista são forças em luta. Finalmente, a partir de Boltanski (2009), reforça-se a centralidade do conflito entre perspectivas divergentes às análises, e incorpora-se ainda a crítica sociológica apoiada no ponto de vista dos sujeitos sociais. Para se demonstrar como essa aposta pode se sustentar, as seções seguintes, mediante a análise de documentos, diário de campo, fotografias e entrevistas coletados durante pesquisa de campo realizada pela autora em Altamira, Volta Grande do Xingu, Santarém e Belém, no estado do Pará, e em Brasília, Distrito Federal, entre novembro de 2010 a setembro de 2011, irão analisar a coprodução entre social e natural em Belo Monte, o *ambiente* e o *desenvolvimento*, suas definições e os meios de acessá-los como objetos de disputa.

Usina, gente e rio: Belo Monte sob o idioma da coprodução

“Você ainda não olhou o mapa da Volta Grande do Xingu? Nós somos esse pontinho aqui.” (Ribeirinha, militante do MAB, Comunidade Arroz Cru, maio/2011).

A análise da dinâmica do conflito em Belo Monte torna-se inócua se não se voltar no tempo – os estudos para a implantação da hidrelétrica remontam a 1975, e também a esse período remontam os primeiros marcos da disputa. No entanto, ao se realizar esse exercício de narrativa do histórico do conflito, percebe-se que uma série de transformações nos grupos envolvidos e nos espaços mobilizados tem lugar, de forma contínua e associada.

De fato, a partir da reconstituição do histórico do projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, percebe-se que configurando a formulação e a execução deste projeto há uma intensa trama composta por interesses que vêm desde o capital internacional a empreiteiras, de estratégias de governo a membros do “setor elétrico”. Para que o projeto atravessasse distintas fases da política nacional sempre se mantendo

como prioritário, foram necessários ajustes, alterações, transformações, nas mais distintas esferas: paisagens, movimentos, tecnologias.

Ao se começar o esforço de reconceitualização de Belo Monte como um conflito ambiental, o primeiro ponto de análise é a trajetória do conflito, mas, contudo, se atentando para os movimentos de transformação, cruzada e simultânea, dos distintos sujeitos do conflito ao longo de sua trajetória. Isto é, iremos nos servir do idioma da *coprodução* para reinterpretar o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte com o objetivo de não recair, de maneira intencional ou não, em uma sobredeterminação do papel da natureza ou da sociedade neste processo.

Nesse sentido, o idioma da coprodução parece especialmente válido. Segundo Jasanoff (2006, p. 03), a coprodução pode ser vista como “uma crítica à ideologia realista que persistentemente separa os domínios da natureza, fatos, objetividade, razão e política [*policy*] daqueles da cultura, valores, subjetividade, emoção e política [*politics*].”⁵. A justificativa para se valer desse idioma reside na assunção de que ganhamos poder explicativo se pensarmos as ordens social e natural como sendo produzidas conjuntamente. De acordo com Jasanoff (2006, p. 02): “em síntese, a coprodução é um atalho para a proposição de que as formas pelas quais a gente conhece e representa o mundo (ambos, natureza e sociedade) são inseparáveis das formas pelas quais nós escolhemos viver neste mundo”.

São distintos os autores e as abordagens que fazem uso desse idioma para analisar suas questões de pesquisa; para os objetivos deste artigo, o mais interessante é que o idioma da coprodução, assumindo a influência das proposições de Latour e dos últimos trabalhos de Foucault, propicia a possibilidade de se visualizar certas forças “hegemônicas” não como dadas, mas como os (co)produtos de interações contingentes e de práticas (JASANOFF, 2006). Esses *insights* podem, por sua vez, abrir novas oportunidades de explicação, crítica e ação social, visto que:

Nem a existência das coisas nem nosso conhecimento sobre elas podem ser assegurados [*taked for granted*] nessa abordagem. Em vez disso, o objetivo é iluminar como estados de conhecimento particulares passam a existir, o que os faz persistirem ou desaparecerem, e como eles modelam e são modelados pelos mais profundos compromissos políticos e culturais, assim como cognitivos e materiais das pessoas. (JASANOFF, 2006, p. 274).

⁵ Tradução livre da autora a partir do original em inglês, assim como nas demais citações de Jasanoff (2006).

No que diz respeito a Belo Monte, essa abordagem pode mostrar como, ao longo desses 40 anos, para se assegurar o processo de construção da usina hidrelétrica tanto quanto para constituir a sua resistência, uma longa rede se constituiu, no sentido a que se referem Law (1992), Latour (1994) e Haraway (1995). O objetivo da alusão à ideia de rede é exatamente o de reforçar não o sentido de algo plenamente estabelecido, mas, ao contrário, sua remissão ao caráter heterogêneo e instável das articulações (ROHDEN, 2012). Como afirma Fabíola Rohden:

Resumidamente, o que se impõe é a ideia de rede complexa e que nos impede de escolher um ponto de vista *a priori*, como o dos cientistas [...], o que certamente implicaria no fracasso de um entendimento mais aprofundado. Evidentemente, dar conta de mapear toda a rede é uma pretensão que não se coloca, não só pelas dificuldades que seriam inerentes a essa tarefa, mas por sua localização e existência depender de cada situação. Porém, o que se torna imprescindível é exatamente a percepção das múltiplas conexões, possivelmente inesperadas, e o descentramento de certas perspectivas ou “objetos”. (ROHDEN, 2012, p. 50).

Assumindo essa abordagem, na presente seção vamos reinterpretar a trajetória do conflito⁶ em torno de Belo Monte com o objetivo de se ressaltar os movimentos de coprodução nele implicados e sua importância na definição do conflito ambiental.

O ponto inicial da história de Belo Monte é também o seu personagem central: o Rio Xingu. Por isso, por ele começaremos nossa breve resenha de reconstrução do conflito. Para retomar os principais marcos nesse histórico e, simultaneamente, recuar no tempo e avançar no espaço tal qual impõe a análise de Belo Monte, vamos adotar a estratégia de definição de um *programa de ação*, isto é, a narrativa da série de “objetivos, passos e intenções que um agente pode descrever numa história” (LATOURE, 2001, p. 205). O programa de ação analisado é o de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Em oposição a essa construção, se define um antiprograma, cujo objetivo é não permitir que o Xingu seja barrado. Os distintos agentes, destacados aqui em negrito, exercem sua ação ao autorizar, habilitar ou capacitar as associações de uns com os outros e, assim, influenciar os diferentes programas. Para fins de sistematização, as etapas serão numeradas de um a seis. Portanto:

1ª etapa: No início, havia o **Xingu**, um dos principais afluentes da margem direita do rio Amazonas. No contexto da Bacia Amazônica, a sub-bacia do Xingu situa-

⁶ Em função do volume de dados relacionados a esse histórico, associado às limitações de espaço do presente artigo, neste momento tratar-se-á de selecionar apenas alguns dos momentos do projeto. Para se preencher algumas eventuais lacunas ou contextualização das entidades que são aqui referidas, ver Fleury (2013).

se entre as maiores em termos de área, cortando os estados do Mato Grosso e Pará. O Rio Xingu caracteriza-se por variações significativas de volume escoado entre épocas de cheia e de estiagem. Ainda assim, suas vazões médias são superiores às da maioria das grandes bacias não amazônicas. De acordo com Miranda *et al* (1988, p. 83), “a soma das vazões médias dos Rios Danúbio, Pó, Reno, Ródano, Nilo, Loire, Sena e Ebro representa aproximadamente a vazão média do Rio Xingu”.

2ª etapa: O Xingu é também conhecido por ser um “**rio indígena**”. De fato, ao longo da bacia do Xingu existem 21 **Terras Indígenas** (TI) demarcadas, onde vivem 24 povos indígenas, que falam mais de vinte línguas diferentes. Apenas na região do médio Xingu (onde se situa Belo Monte e que engloba também os Rios Iriri, Curuá, Bacajá e seus tributários) encontram-se 13 etnias distribuídas em 17 Terras Indígenas: **Arara** (TI Arara e Cachoeira Seca), **Arara do Maia** (TI Arara do Maia), **Araweté** (TI Araweté), **Asurini do Xingu** (TI Koatinemo), **Juruna do Paquicamba** (TI Paquicamba), **Juruna** (TI Boa Vista), **Kararaô** (TI Kararaô), **Kayapó** (TI: Kayapó, Mekrãgnoti, Badjonkore e Baú), **Kuruaya** (TI Kuruaya), **Panará** (TI Panará), **Parakanã** (TI Apyterewa), **Xikrin do Bacajá** (TI Trincheira- Bacajá), e **Xipaya** (TI Xipaya) (MAGALHÃES, 2005, p. 257).

Assim, a região do médio Xingu “notabiliza-se por se constituir no que pode ser considerado uma grande província multiétnica”, reunindo povos pertencentes a três dos quatro macro-troncos linguísticos existentes no Brasil: Tupi (Asurini do Xingu, Araweté, Juruna, Kuruaya, Parakanã e Xipaya), Jê (Kayapó, Xikrin e Kararaô) e Karib (Arara), não existindo apenas falantes de língua Aruak (MAGALHÃES, 2005, p. 257).

3ª etapa: Nos anos 1970, em meio ao afã desenvolvimentista e da profusão de lemas como “integrar para não entregar” e “uma terra sem homens para homens sem terra”, o governo militar construiu a rodovia **Transamazônica** e fez um inventário do potencial hídrico da bacia do Xingu. Com a Transamazônica, vieram os colonos, **agricultores familiares** provenientes dos estados do Nordeste e do Sul do Brasil. Com o estudo de inventário, o **Aproveitamento Energético** da bacia do Xingu passou a se tornar foco de estudo de técnicos e engenheiros.

4ª etapa: Com o estudo e a publicação dos “**Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu**” (CNEC, 1980), veio o “setor elétrico”, formado pela **Eletronorte** e sua subsidiária, a **Eletronorte**, pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas e pelas **empreiteiras**, como Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz-Galvão, entre outras. O CNEC contatou a Associação Brasileira de

Antropologia (**ABA**) para a indicação de **antropólogos** que pudessem analisar preliminarmente possíveis consequências junto aos povos indígenas dos barramentos no Xingu (MAGALHÃES, 2005). Por sua vez, os estudos de inventário trouxeram consigo também a preocupação dos **Kayapó**, que, por sua vez, acionaram o CEDI e estreitaram os laços com a **Prelazia do Xingu**. Em 1988, foi publicado o **livro** “As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas” (SANTOS e ANDRADE, 1988). É realizado, então, o I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, em 1989, e com ele vêm à cena **ONGs** ambientalistas, **jornalistas**, celebridades. Os **Povos da Floresta** se apresentam como novos sujeitos políticos. Naquele momento, eram previstas **cinco barragens** ao longo do Xingu, e a principal delas, **Kararaô**, iria inundar 1.225km² para a construção de seu **reservatório**. A esta época, os agricultores da Transamazônica tinham se articulado no Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (**MPST**).

A grande projeção do Encontro de Altamira mostrou que o “**custo sociopolítico**” da construção de Kararaô era alto. O **Banco Mundial**, que em 1984 havia emprestado para o governo brasileiro 500 milhões de dólares firmando o “*Power Sector Loan*” [Empréstimo para o Setor Energético], não aprovou a continuidade do programa, que previa mais 350 milhões de dólares à Eletrobrás, apresentando para tanto diversas razões, inclusive de ordem socioambiental (GOODLAND, 2005). O projeto de construção da barragem, que não poderia mais se chamar Kararaô, é protelado.

5ª etapa: Apagão, crise energética, governo FHC, reordenamento do setor elétrico brasileiro implicam em mudanças no projeto: Kararaô, agora **Belo Monte**, volta à cena. Técnicos do DNAEE e da Eletrobrás estudam alternativas para viabilizar a hidrelétrica. Os estudos apontam para uma mudança do local de barramento, situando-o mais à montante e adicionando-se **canais** para o desvio do Xingu. Dessa forma, nenhuma terra indígena seria alagada e o reservatório, agora planejado para uma usina movida a fio d’água, pode ser reduzido a praticamente a metade do planejado inicialmente. Novos estudos de viabilidade, e a CEPEL conclui pela “alta **atratividade econômica** do empreendimento” considerando aquela que passa a ser chamada “alternativa canais”. Contudo, assim que os **Estudos de Impacto Ambiental** começam a ser elaborados, o **Ministério Público Federal** no Estado do Pará move **ação civil pública** que embarga o processo: o EIA deveria ser analisado pelo **Ibama**, e não pela SEMA/PA.

O projeto de construção da hidrelétrica fica estagnado, até que, em 2003, muda o cenário político: **Lula** na Presidência da República, **Dilma Rousseff** no **Ministério de**

Minas e Energia. Belo Monte é incorporada como obra prioritária do **PAC**. A autorização do **Congresso Nacional** para a retomada dos estudos ambientais é concedida em 2005. Em 2007, o Ibama emite o Termo de Referência para a elaboração do **novo EIA-RIMA** da hidrelétrica.

Com a adesão do **PT** ao projeto de construção de Belo Monte, o movimento social se divide, separando o **Xingu Vivo** da **FVPP**, atual desdobramento do movimento social que se iniciou com o MPST. É formado o consórcio **Norte Energia** e há o leilão de concessão da usina. Localmente, os **Xikrin** brigam com os **Kayapó**, que se aliam com os **Arara** e os **Juruna**, outrora inimigos.

6ª etapa: Apesar das 15 **ações civis públicas** na justiça, o licenciamento ambiental avança e a **licença prévia**, a **licença parcial de instalação** e a **licença de instalação** são emitidas. Início das obras. “Para fora”, isto é, para além do contexto regional, a rede de resistência se fortalece: via **ISA**, o Xingu Vivo forma o **Painel de Especialistas**, reunindo pesquisadores pertencentes a centros de pesquisa distribuídos por todo o Brasil para embasar as ações do **MPF**; intervêm a **Avaaz**, a **Amazon Watch**, a **International Rivers**, e até mesmo artistas com forte apelo popular criam, a partir do Rio de Janeiro, o **Movimento Gota d’Água**, disponibilizando uma página na internet e vídeos contrários à construção da hidrelétrica. Petições *online* são organizadas e ganham a adesão de subscritores de todo o mundo. “Para dentro”, localmente, instalam-se divergências entre **FVPP**, **Xingu Vivo**, **Prelazia do Xingu**, **MAB**, **CIMI**, **Consulta Popular**. O governo federal fortalece o **empreendimento** via **PDRS Xingu**, **Cidadania Xingu**, e **Escritório local da Presidência da República**. O Consórcio Construtor Belo Monte (**CCBM**) começa a atuar na região.

Ou seja, ao longo de décadas de conflito, pode-se perceber movimentos de coprodução de grupos, de espaços, de territorialidades, de documentos, livros, eventos, que se articulam e se “retroalimentam”. Assim, cada etapa do programa de construção de Belo Monte, da discussão de sua necessidade e de sua viabilidade à emissão de licenças e à chegada de maquinário, constrói e desfaz redes e paisagens. Esses movimentos podem ser sintetizados em três principais momentos: 1) produção do Xingu como potencial energético – produção de indígenas e povos da floresta como ambientalistas; 2) produção da viabilidade do projeto – produção do Xingu Vivo; 3) produção das obras – produção da rede internacional de oposição à Belo Monte.

De acordo com Stengers (2003), quando se produz um duplo processo de constituição de identidade, isto é, quando “sobre um modo ou outro, e usualmente sobre

modos completamente diferentes, as identidades que se coinventam integram cada uma por sua própria conta uma referência à outra”, há um processo de *entrecaptura*. A autora se refere assim a um processo de “coprodução de identidades” (STENGERS, 2003, p. 43), mas interpretando o conceito de coprodução sob a luz do conceito de *preensão* de Whitehead. Para este filósofo, as entidades alcançam sua atualidade por operações que são mais da ordem da apreensão [*prise*], da apropriação, ou ainda da *captura*, do que da realização ou da construção. Ou seja, a ideia de transformação mútua entre entidades – sejam elas objetos, técnicas, sujeitos e/ou paisagens – é o elemento central do conceito, que é incorporado na noção de *entrecaptura*. Para Stengers (2003, p. 48), opera-se assim um deslocamento da atenção e das questões, abandonando-se “as problemáticas filosóficas clássicas, tais como sujeito e objeto, que comunicam sempre com questões de direito, de legitimidade, e portanto também com o poder de desqualificar”, para, a partir da noção de *entrecaptura*, se colocar o foco sobre o evento, sobre um “como funciona”. Dessa forma, não se envia a uma instância mais geral a qual as transformações constituiriam uma tradução local, mas ao aqui e agora que elas fabricam e que as torna possíveis (STENGERS, 2003).

No conflito em torno da construção de Belo Monte, se repensar as transformações das distintas entidades envolvidas como processos de *entrecaptura* permite realizar um deslocamento da atenção para que se constate que *coisas* – rio, barragens, relatórios, Sistema Interligado Nacional – e *pessoas* – engenheiros, índios, militantes – se constroem e se transformam juntos, em cadeias de associações.

Nesse sentido, esta *entrecaptura* de sujeitos, objetos e sentidos apareceu talvez de forma mais definitiva neste conflito na mudança – técnica – no local de barramento do rio. Esta decisão, que é apresentada pela Eletronorte como economicamente mais atrativa (ELETROBRÁS, 2002), permitiu que os Estudos de Impacto Ambiental voltassem a ser analisados com a anuência do Congresso Nacional por neste novo projeto não ser alagada nenhuma Terra Indígena. Ainda, ao reduzir significativamente o tamanho do reservatório, essa alteração é apontada como uma concessão ao socioambientalismo, o que atestaria que a hidrelétrica, no atual projeto, é *sustentável*.

Nesse ponto, parece especialmente interessante a discussão que Latour (2003) propõe sobre a coprodução entre a sociedade e as inovações técnicas. Ao analisar como objetos técnicos, tais como o cinto de segurança dos veículos, as chaves de hotel que são acopladas a pesos volumosos, os quebra-molas que obrigam os motoristas a desacelerarem próximo a uma escola, incorporam em suas concepções deveres morais –

não expor sua vida e a de outros passageiros a riscos; devolver a chave do quarto à recepção do hotel; não circular à alta velocidade onde há crianças se deslocando –, Latour afirma que aqueles que dizem que no mundo demasiadamente tecnificado falta moralidade se enganam: este mundo é ainda mais sobrecarregado de moral, que se encontra incorporada na “natureza das coisas” (LATOURE, 2003, p. 32), estando, assim, localizada em um nível além do passível de discussão – e, por consequência, obviamente, além do passível de contravenção. A transformação do projeto de Belo Monte, que passa a ser planejada para funcionar a fio d’água, exigindo um menor reservatório e, sobretudo, o não alagamento de terras indígenas, incorpora a moral constitucional – “terras indígenas não podem ser alagadas” – em sua definição *técnica*. Assim, o empreendimento se legitima ao mesmo tempo em que se exime da discussão moral acerca de sua viabilidade. A controvérsia moral sobre o uso de terras indígenas é substituída por uma mudança de engenharia: aos críticos à construção da hidrelétrica, responde-se definitivamente que o projeto já foi alterado para se atender às demandas socioambientais, e, dessa forma, os impeditivos já foram *contornados* tecnicamente. Desta forma, a mediação técnica atuou como uma forma de tradução, no sentido de desvio (LATOURE, 2002), de um objetivo político, visto que o não alagamento não implica na não interferência nas terras indígenas, já que estas ficarão, em vez de alagadas, praticamente sem água⁷.

Portanto, percebe-se que a história de Belo Monte não é só a história da obra (início do inventário, mudança no projeto, início da obra, impactos decorrentes), nem só a história das relações de poder entre as pessoas, visto que essas relações se transformam em função da mediação das *coisas*. Como afirma Latour (2003, p. 44), “o sentido não preexiste aos dispositivos técnicos”, sentidos e técnicas são coproduzidos, capturados mutuamente, ao longo dos esforços de realização de programas de ação.

No entanto, essa interpretação, ainda que pertinente, poderia dar uma ideia de simetria no processo de coprodução, ou de entrecaptura. Contudo, o que se percebe é que há entrecapturas distintas, caracterizadas por restrições lógicas e sintáticas diferentes. Essas distinções se tornam claras no que se refere ao controle do tempo. Ainda que em todos os casos estejam em curso movimentos de tradução de objetivos,

⁷ Essa concepção que admite como atingida pelo empreendimento estritamente a área a ser inundada com a realização da obra configura aquilo que Vainer (2008) denomina *concepção hídrica* dos efeitos sociais dos projetos. Contudo, o autor afirma que “tem ficado evidente que municípios sem qualquer área inundada podem sofrer mais severamente as consequências da implantação de uma hidrelétrica que aqueles com áreas tomadas pelo reservatório” (VAINER, 2008, p. 43).

interesses, dispositivos, no conflito em Belo Monte é constantemente necessária a tradução, além de objetivos e interesses, de tempos muitas vezes contraditórios. O tempo do projeto é o tempo do que é pensado de forma exógena, visando estratégias geopolíticas, e que tem que ser executado rapidamente, no ritmo do mercado. O tempo dos moradores locais, indígenas, agricultores e ribeirinhos, é o tempo lento, do rio que sempre correu, e que se deseja que sempre possa continuar correndo em seus movimentos cíclicos de cheia e seca. Dessa forma se constata, por um lado, a imposição de um ritmo acelerado por parte do programa de construção de Belo Monte, de maneira perturbadora para os moradores locais:

A gente já ouvia falar de Belo Monte há muito tempo. Só que *a gente vivia meio calmo*, a gente vive na propriedade da gente, tranquilo, trabalhando, sossegado, na minha roça. [...] Eu acho que a minha vida, *antes dessa aceleração de Belo Monte*, com certeza, minha vida era muito melhor! Muito superior! [...] Então *hoje a gente vive muito assim, não vive sossegado*. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Nesse contexto, não apenas os habitantes de Altamira e Volta Grande do Xingu se sentem pressionados pelo ritmo imposto, mas também aqueles que se propõem realizar a mediação entre as necessidades locais e o projeto relatam angústia de se sentirem atropelados:

O ritmo é alucinante, e a gente está sempre correndo atrás. Do ponto de vista acadêmico o processo foi *totalmente atropelado*. (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

Eu tô *angustiado*, porque pô, *tô sendo atropelado* pelo processo. Eu estava conversando com o Zé Carlo [cacique Arara] sobre o plano emergencial e ele falou ‘a gente não tem pressa’, mas o plano não espera, *o licenciamento não espera*, não dá tempo de ninguém ser ouvido, é um *projeto avassalador*. (Trecho de entrevista: Coordenador regional Funai, Altamira, julho/2011).

Por outro lado, contudo, para alguns aspectos também a lentidão é administrada. É esse o caso das ações solicitadas no licenciamento ambiental como medidas de mitigação de impactos do empreendimento, chamadas de *condicionantes*, que não seguem o mesmo ritmo acelerado das obras:

As condicionantes são condições de acontecer a obra em função da realização delas. Entendeu agora? É o que vai acontecer *antes, durante e depois*. E tem gente que acha que *tem que fazer tudo antes da hora, e não pode ser assim*, as pessoas têm que entender que tem coisas que não pode ser da sua maneira. Que tem que ser uma coisa pensada, trabalhada, conversada, *com calma*. (Trecho de entrevista: Presidente do Consórcio Belo Monte, Altamira, junho/2011).

É também sobre uma lentidão por parte do programa de ação de construção de Belo Monte que se pauta a medida cautelar na Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro, ao denunciar o não julgamento das ações civis públicas contrárias à hidrelétrica:

A nossa petição na Corte Interamericana de Direitos Humanos se baseia na *demora injustificada no processo*, que é uma das três exceções para se recorrer à Corte antes de se esgotar todos os recursos internos. Ou seja, a gente se baseia no fato de *que o Estado brasileiro tem demorado* mais do que o plausível para julgar as ações de comprovada gravidade e *urgência* para proteger a vida e a integridade pessoal das comunidades da Bacia do rio Xingu. (Trecho de entrevista: Advogada da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Belém, agosto/2011).

Assim, não se tratam apenas de mudanças e transformações rápidas em função da obra, mas efetivamente de um *controle do tempo*, como resume a fala abaixo, se referindo ao licenciamento ambiental:

O processo de licenciamento é uma mesa cheia de ampulhetas. E você vai virando ampulheta por ampulheta, mas você não tem condição de virar todas. E uma ali acaba, esgota... [...] É isso, é em cima de tempo que a gente trabalha. Exatamente isso. O tempo de resposta de uma comunidade, o tempo de absorção das propostas na comunidade, o tempo de absorção das propostas do empreendedor das medidas ambientais pelo órgão ambiental, o tempo de implementação das medidas, e cada um tem o seu ritmo, e a essência das discussões também é o tempo. A expectativa de cada um, a expectativa do empreendedor era ter essa licença de instalação em 2010 ainda. E não foi possível. Pelas exigências que a gente fez, de acordos com as prefeituras, e aí a prefeitura tem o tempo dela pra fechar o acordo, as condições dela, as demandas dela pra fechar o acordo, as negociações. É isso, é o tempo. (Trecho de entrevista: Diretor de Licenciamento Ambiental Ibama, Brasília, agosto/2011).

Portanto, se antes era claro que o conflito em Belo Monte era um conflito pela apropriação do espaço, é importante se considerar que é também um conflito pelo controle do tempo. Com efeito, a própria ideia de desenvolvimento, que traz em si um imaginário de progresso e é o centro dos argumentos favoráveis à construção da hidrelétrica, pauta-se por uma definição sobre o tempo: os lugares a serem desenvolvidos – os quais Escobar (2008) afirma serem construídos como ‘*developmentalizable*s’ – são geralmente apresentados como lugares atrasados, que precisam ser acelerados para se sincronizarem com o moderno, o tempo que se quer presente. É justamente contra a “aceleração de Belo Monte” que se posiciona o agricultor da Volta Grande do Xingu no trecho acima citado. Nesse sentido, se opor à imposição de um ritmo é se opor também à concepção de uma linearidade histórica em

que os que não se identificam com a modernidade estariam atrasados, isto é, no passado. Assim, a definição mesma de quem compõe o presente se torna parte da disputa. Nesse contexto, aqueles que não se enquadram no ritmo desejado devem se adaptar, ou, se tornam deslocados:

Eu fiz esse exercício uma vez para me ajudar na análise do processo todo, a linha do tempo do licenciamento e do componente indígena: completamente *deslocado*. Você tem o processo andando e o componente indígena tentando pegar *atalhos e brechas*, e ao mesmo tempo levando toda a *culpa por tudo*. [Trecho de entrevista: Coordenadora Geral de Gestão Ambiental Funai, Brasília, agosto/2011].

Nesse sentido, se Belo Monte é o ponto de encontro de perspectivas que se atualizam mutuamente, importante lembrar que as perspectivas são forças em luta (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), e é no controle do tempo, entre outros, que o programa de construção da hidrelétrica impõe a sua agência. Portanto, se a simetria pode ser adotada como ferramenta metodológica, isto não implica em se considerar que, analiticamente, as distintas entidades que compõem o conflito ocupem posições simétricas. Dessa forma, se como afirma Stengers (2003, p. 344), a exigência do princípio de simetria proposto por Latour (1994) impõe que se possa descrever e comparar sem ter que se reconhecer os obstáculos intrínsecos a essa comparação, há de se considerar que “uma exigência cria um problema e não garante uma resposta que a satisfaça”. Para dar conta de abarcar os problemas relativos à extensão da simetria metodológica à simetria analítica, é preciso abdicar-se desse princípio. E, nesse sentido, a proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers ganha força, visto que:

a questão cosmopolítica impõe, por sua vez, que se construam as palavras que vão desacelerar o problema, que o impeçam de se precipitar em direção a uma solução, e notadamente em direção à perspectiva de uma “triagem” entre práticas tornadas comparáveis, que se deixaria surgir a perigosa figura de um “jardineiro” efetuando as comparações e efetuando os critérios da “triagem”. (STENGERS, 2003, p. 344).

Portanto, não se trata aqui apenas de descrever e se comparar práticas e movimentos de coprodução, mas, *a partir* dessa coprodução, analisar a questão em termos políticos, ou, mais precisamente, cosmopolíticos. Pois, de acordo com a autora de sua formulação:

Ao termo “cosmopolítica” corresponde aquilo que não é nem uma atividade, nem uma negociação, nem uma prática, mas o modo pelo qual se atualiza a copresença problemática de práticas: a experiência, sempre ao presente, daquele em que atravessa o sonho do outro.

Entrecaptura não simétrica que não garante nada, não autoriza a nada e não pode ser estabilizada por nenhuma restrição, mas por onde aquele que atravessa e aquele que é atravessado se submetem um ao outro ao exame que constitui a efração desse terceiro termo “assustador”, não apropriável por nenhuma medida: “Nós não estamos sozinhos no mundo”. (STENGERS, 2003, p. 355).

Nesse sentido torna-se necessário analisar a dinâmica dessa copresença problemática de pessoas, relatórios, lugares, paisagens e seres “outros que humanos” (DE LA CADENA, 2010) em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte.

“O licenciamento é um campo de batalhas”: o ambiente em disputa

Conforme discutido a partir da cartografia do conflito em torno de Belo Monte, os sujeitos desses tempos distintos se encontram e são impelidos a se reinventar diante do fato de “não estarem sozinhos neste mundo” (STENGERS, 2003, p. 355) porque possuem em comum um rio, o Xingu. Visto como potencial energético pelo Estado nacional, como morada dos deuses para os indígenas, como fonte de subsistência para agricultores e ribeirinhos, o Rio Xingu se encontra no centro de um conflito no qual, se há alguma unanimidade, está na de que todos os envolvidos o apresentam como de importância crucial.

Os motivos deste conflito têm sido, desde o seu início, traduzidos como sendo de ordem *ambiental*, ou, quando complexificados, de caráter *socioambiental*. Assim, estudos de impacto ambiental são realizados e contestados, cientistas emitem laudos e pareceres, ambientalistas de vários lugares do mundo organizam e assinam petições. Mas, a que se refere o ambiente, ou o “socioambiente”, que é colocado no centro da disputa? Será que é possível afirmar que os sujeitos envolvidos estão de acordo sobre os termos do conflito, ou estaríamos diante de um equívoco, no sentido a que se refere Viveiros de Castro (2009), no qual termos iguais estariam sendo designados para significar conteúdos diferentes, de forma característica aos processos de tradução cultural?

Sugere-se na presente proposta que há duas ordens de divergência sobre o ambiente: em primeiro lugar, uma divergência ontológica sobre a existência ou não de um ambiente exterior ao qual pertencem entidades não humanas, e, em decorrência desta, uma divergência de ordem epistemológica sobre as possibilidades e métodos para conhecê-lo. Essa proposição se sustenta na análise da controvérsia em torno do processo de licenciamento ambiental de Belo Monte, em que cientistas e técnicos, através de métodos objetivos, se propõem a mensurar o ambiente da bacia do Xingu e as

consequências da construção da hidrelétrica, resultando em posicionamentos opostos sobre a viabilidade do empreendimento, e da análise do que as comunidades locais (ribeirinhos, agricultores e indígenas) falam quando falam do Xingu e de seu ambiente, assim como o método subjetivo que apresentam para legitimar seu conhecimento. Neste contexto, o processo de disputas em torno das indenizações a serem destinadas aos moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu que serão compulsoriamente deslocados em função da barragem aparece como locus da incomensurabilidade entre as distintas visões do ambiente.

Em síntese, o que se pode perceber nesta análise é que os cientistas que avaliaram voluntariamente o projeto, técnicos do Ministério Público Federal e analistas ambientais do Ibama partilham de uma visão de ambiente, ou compõem o mundo com um mesmo ambiente, que é expressado mediante termos, critérios e análises convergentes. Apesar de esses técnicos e cientistas se sustentarem mediante a argumentação de que se baseiam em critérios técnicos, isto é, que estariam situados em uma dimensão apartada da política, os limites entre técnica e política dependem de um esforço contínuo de demarcação, revelando continuamente fronteiras imperfeitas. Isto fica claro nos documentos técnicos produzidos, que, na prática, são considerados “estudos-argumentos”, isto é, são inscrições de cadeias de associações entre pessoas e coisas com vistas a subsidiarem posicionamentos e decisões. Assim, ainda que estes documentos sejam elaborados seguindo critérios técnicos e princípios de cientificidade, eles incorporam relações sociais entre pessoas e coisas, e se tornam operantes nas disputas de poder.

No entanto, estes “estudos-argumentos” têm sua possibilidade de atuação restringida por uma decisão, política, de construção da hidrelétrica de Belo Monte, que é tomada fora das instâncias de participação e debate. Portanto, é a decisão política que se torna a caixa-preta do processo de licenciamento, é ela que “vem de uma hora pra outra” sem que seja dado o tempo para a discussão e a preparação de medidas necessárias.

Nesse contexto, o instrumento de Licenciamento Ambiental, que em sua formulação previa o debate político sobretudo mediante audiências públicas, é esvaziado politicamente. O órgão licenciador, que de acordo com a legislação possui o poder decisório de avaliação – avaliação esta que inclusive deve se pautar também pelas instâncias de participação e debate – é relegado a uma instância técnica ingênua, isto é, na qual a técnica é admitida como descolada das definições políticas. Essa posição é vislumbrada na insistência dos representantes do Ibama e da Funai, instituições que, no

licenciamento, são colocadas no papel de avaliadoras técnicas, em demarcar os níveis separados entre trabalho técnico e decisão política. Por isso, mais do que um modo de dominação gestor, no qual o exercício político se pautaria pelas definições científicas formuladas pelos experts, conforme propõe a análise de Boltanski (2009), me parece que no licenciamento ambiental de Belo Monte estamos mais próximos de uma predação das instâncias técnicas por setores políticos. Se, como sugere o perspectivismo ameríndio o mundo é composto por sujeitos “dispostos ao longo de um único contínuo somático-semiótico, que vai da predação à comunicação e vice-versa, [...] uma multiplicidade de províncias e agências intersecantes em relação de ‘desarmonia preestabelecida’” (VIVEIROS DE CASTRO, 2012), nos quais distintas composições realizam distintas possibilidades de mundos imanentes, a impressão que o processo de licenciamento ambiental passa é de que o mundo composto pelos técnicos e cientistas foi deslizado ou mesmo engolido, por mecanismos que passaram da comunicação à predação, pelo mundo composto pelos interesses dos formuladores da política energética brasileira.

Assim, o licenciamento ambiental de Belo Monte, por ser definido “politicamente”, isto é, por membros da classe política, constrói e administra um ambiente despolitizado, esvaziado de sujeitos, debates e decisões. Este ambiente se choca frontalmente com o ambiente superpovoado de sujeitos, afetos e relações sociais vivenciado pelos moradores da Volta Grande do Xingu.

Para estas pessoas, quando se pergunta sobre o ambiente ou sobre o Rio Xingu, o primeiro ponto que se nota é que não há o ambiente, isto é, não se fala sobre o rio sem falar sobre as pessoas, não se fala sobre as pessoas sem falar o que elas comem – e que muitas vezes vem do rio –, não se fala sobre fartura sem mencionar as dificuldades da pobreza, se fala ao mesmo tempo sobre lazer e sobre tristeza. E, nos últimos anos, falar de tudo isso é necessariamente falar também sobre Belo Monte. Como no relato abaixo:

O Xingu é o que a gente tá acostumado. Ele enche, ele vaza, né? Quando na época da cheia, tá enchendo, fica bom de peixe, quando tá muito cheio o rio fica difícil, o peixe entra pra dentro da mata. Aí agora essa época tá baixando, aí o peixe sai todo pra dentro do rio, aí fica mais fácil pra pegar o peixe. Tá raso o rio também, né, aí fica mais fácil. Aí é assim, a gente acha ruim porque pra sair da minha casa, que é onde eu moro, é 50 metros da casa na água lá. Tô deitado o peixe pááá, batendo lá dentro da água. É bom. No verão tem umas pedras pra gente banhar, no inverno também aquela corredeirinha fica chuuuuu, a gente tá dormindo aquela zoada de noite aumenta, chôoooo, o cara pensa que tá chovendo é a água no rio lá. É bom. Aí tudo isso vai acabar o lazer da gente, sai dali, pronto, né? Fica difícil.

(Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Acompanhando o movimento do rio, que enche e vaza, o peixe entra e sai da mata, volta para o rio e do rio para as mãos do ribeirão. Este, por sua vez, tem seu lazer nas praias que se formam no verão, e dorme ouvindo a corredeira e o peixe. Sair de casa, obrigado pela construção de Belo Monte, significa perder o barulho das águas, o lazer, o peixe. É perder também o sono, com a preocupação que este projeto traz, pois, como continua o seu relato:

E de agora um ano começaram a perturbar muito. Porque quando veio, começou as primeiras pesquisas, vieram fazer o levantamento, entrava na mata aí, era o CPRM, era o CNEC, era Sondatech, isso era as primeiras que vieram. [...]. E aí daí pra cá foi aumentando, aumentando, aumentando, todo tempo, aumentando, sai firma, chega firma, é aquele negócio. Agora eles vieram perturbar mesmo tá com dois anos. Começou com história de que a gente vai ser obrigado a sair, e agora já tá com uns três meses que eles foram atrás de negociar a terra, aí daí pra cá, pronto, *eu adoeci pensando só nisso aí*, aí dói a perna, dói braço, dói a cabeça, agora é só preocupação, preocupação. E eu não acostumo em cidade não. Eu, quando eu tô em Altamira eu não durmo, porque fica aquela zoada de cidade. (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Outros moradores da Volta Grande do Xingu descrevem preocupações semelhantes quando falam do Xingu – o rio, os peixes e as pessoas estão conectados, assim, a preocupação com o futuro do rio é a preocupação que atinge a todos. Nessa corrente, o rio é o elo central em torno do qual se reúnem indígenas, agricultores, ribeirinhos e pescadores. Em comum, eles relatam uma trajetória de dificuldades, enfrentadas ou superadas com o auxílio do Xingu. Dessa forma, falar do Xingu é contar suas histórias de vida. E suas vidas contam sobre a história da Amazônia, desde o período em que as disputas ao longo do Xingu eram entre os diferentes povos indígenas até a construção da Transamazônica, do ciclo da borracha à coleta de castanha, e, como não poderia deixar de ser, à chegada das barragens. Assim, caboclos, indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares e pescadores relatam como têm suas histórias de vida, individuais, necessariamente atreladas às histórias dos lugares.

Dessa forma, o que se percebe é que, enquanto para os moradores do Xingu só faz sentido falar do ambiente quando isso significa falar dos diferentes sujeitos, humanos e não humanos, com quem compõem suas relações sociais (o Xingu, os peixes, os frutos, as plantações, o jacaré, a mata...), no conflito em torno de Belo Monte, nem mesmo às pessoas, que são desconsideradas em suas demandas, é atribuído o lugar de sujeito, de forma com que estas se sentem transformadas em presas do governo e do

empreendimento. O ambiente – ou o mundo – superpovoado por sujeitos e intencionalidades dos moradores da Volta Grande do Xingu, no conflito em Belo Monte é confrontado com o ambiente completamente esvaziado de sujeitos do projeto de governo, em que além do rio, da mata e dos peixes, as pessoas também são negligenciadas em sua capacidade de ação.

Portanto, a disputa em torno do ambiente, ou o conflito ambiental, se torna uma disputa pela própria definição acerca da existência de um ambiente objeto, no qual as variáveis são controladas e planejadas, de maneira descolada do exercício político do diálogo e da comunicação, e a existência de um mundo em que o rio, o jacaré, as coisas podem se transformar em pessoas, no sentido de possuírem ação intencional, e assim serem sujeitos de direitos. No momento em que demandam que sejam ouvidos, que se reconheça, como na fala uma liderança Juruna, que sua “história é real”, ou, como questiona um ribeirinho, que eles “também são gente”, o conflito se demonstra ser um conflito por uma possibilidade de negociação política entre mundos distintos, ou pela possibilidade mesma de coexistência de mundos distintos, de múltiplas realidades. Pois, como afirma Hage (2012, p. 300):

Talvez mais do que o domínio das oposições binárias *à la* natureza/cultura e a razão instrumental, a maior “conquista” da modernidade ocidental tenha sido nos transformar em monorrealistas, minimizando nossa consciência acerca da multiplicidade de realidades nas quais nós existimos. Mas minimizar não é obliterar, e pode ser facilmente argumentado que tais outras realidades continuam realizando incursões em nosso mundo moderno, oferecendo-nos pistas, e às vezes mais do que pistas, de suas presenças⁸.

O conflito em torno de Belo Monte pode estar nos apresentando justamente estas pistas, ou mais do que isso, uma contundente demanda pelo reconhecimento de que pode haver mais sujeitos e mais realidades, ou seja, diferenças ontologicamente mais consistentes, do que a avaliação de impacto ambiental pode considerar. Nesse sentido, o conflito em Belo Monte se torna um conflito cosmopolítico, ao demonstrar que:

O mundo não é uma caixa fechada, como eles pensam. O mundo é aberto, e eu preciso de cada estilo diferente para eu poder sobreviver. Nesse sentido eu vejo a situação de Belo Monte muito, muito difícil. (Trecho de entrevista: membro da Prelazia do Xingu, Altamira, junho/2011).

Ainda, se na análise do licenciamento ambiental e do ambiente tal qual ele se manifesta no cotidiano dos moradores da Volta Grande do Xingu uma

⁸ Tradução livre da autora a partir do original em inglês, assim como nas demais traduções de Hage (2012).

incompatibilidade entre, mais do que os termos, os seus significados, já parecia se explicitar, a análise do processo de negociação das indenizações mostra que não apenas essa incompatibilidade é evidente, mas é negligenciada, à custa do sofrimento das pessoas atingidas pelo projeto de construção de Belo Monte. As relações de familiaridade e afeto com o Xingu, a fartura nele e ao seu redor encontradas, a saúde dedicada ao trabalho na terra por anos a fio, a dignidade de se alimentar de seu próprio trabalho, a decisão de se escolher onde morar, a própria honra – como estabelecer um processo justo de negociação que possa equacionar todos estes aspectos à utilidade pública da geração de energia elétrica?

Considerações finais

Essa questão faz pensar no que afirma Isabelle Stengers sobre o parlamento cosmopolítico (STENGERS, 2003). Para a filósofa, este não é de partida um lugar de decisões instantâneas, mas um lugar deslocado, que existe cada vez que se constrói um “nós” que não se identifica com a identidade de uma solução, mas à hesitação quanto ao problema. A autora continua:

Eu associarei esse “nós” à única palavra de ordem que Leibniz propôs: *Calculemus*. Estranha palavra de ordem construída para pensar a possibilidade de paz em uma época em que reinava a guerra. Leibniz era matemático e não contábil ou estatístico. *O cálculo não era para ele um simples balanço entre quantidades homogêneas, cálculo de interesses ou de utilidades somadas e apresentadas como comensuráveis*. Para um matemático, a exatidão de um cálculo, a validade de seu resultado, são questões relativamente fáceis, “triviais” em seu vocabulário. O que importa, *o que não é de forma alguma trivial, é a posição do problema que o tornará, eventualmente, calculável, a criação precisa das articulações, das restrições, da distinção entre os diferentes ingredientes*, a exploração dos papéis que são suscetíveis de se jogar, as determinações ou indeterminações que eles engendram ou fazem existir. *Não há comensurabilidade sem a invenção de uma medida, mas o desafio do Calculemus é precisamente a criação de um “nós” que exclua toda medida externa, todo acordo prévio separando o ilusório do racional, o subjetivo do objetivo, separando, em outros termos, aqueles que têm o título de “entrar” no cálculo daqueles que devem se submeter ao resultado*. (STENGERS, 2003, p. 382, destaques da autora).

Portanto, na interpretação de Stengers (2003) sobre Leibniz, *Calculemus* não significa “measuremos”, “adicionemos”, “comparemos”, mas antes criamos o “nós” a partir do qual a natureza e os termos da operação poderão ser agenciados:

Não se trata de se proceder em nome do verdadeiro e do justo, mas de fabricar o justo, a “justa medida”, sabendo que o “verdadeiro” será sempre relativo àquilo a que esta fabricação terá sido capaz, sabendo

sobretudo a heterogeneidade radical que preexiste à fabricação, a ausência de qualquer medida comum pré-existente daquilo que seja entre os ingredientes aquilo que se tratará de agenciar. (STENGER, 2003, p. 383).

No conflito em torno de Belo Monte, como criar uma “justa medida”, que possa servir de base para que a operação de cálculo não se torne viciada no sentido de, por princípio, relegar os moradores da Volta Grande ao lugar daqueles que devem se submeter invariavelmente ao resultado? Admitindo-se que há, neste caso, uma “heterogeneidade radical”, “a ausência de qualquer medida comum pré-existente”, como fabricar uma forma de coexistência que se faça rever, inclusive, as variáveis e os cálculos, a começar pelo cálculo de viabilidade ambiental e demanda energética?

A impressão que tenho é que a fabricação de uma outra base de cálculo passa, necessariamente, pelo reconhecimento de que pode haver mais formas de existir, mais mundos ou mais realidades do que admite a lógica de Estado imbuída da razão moderna. Como afirmaram Viveiros de Castro e Andrade (1988, p. 10, destaque no original):

[...] os efeitos de obras como o complexo do Xingu não são simplesmente ou principalmente “ambientais” ou “socioeconômicos”. Eles são essencialmente **políticos**, por resultarem de uma vontade de dominação que nega às populações humanas visadas seu lugar de sujeitos de direitos, isto é, de grupos sociais dotados de uma positividade política.

Assim, prosseguem os autores, “a política ambiental do Estado, em suma, é um aparelho **de despolitização do ambiente**, parte de uma ofensiva ideológica que visa a facilitação política da implantação de grandes projetos na Amazônia.” (VIVEIROS DE CASTRO E ANDRADE, 1988, p.10, destaque no original). Tal despolitização parece ficar clara no conflito em torno da construção de Belo Monte, de forma com que mesmo o termo “ambiente” se torne uma definição necessariamente política – ainda que se insista em encerrá-lo em argumentos técnicos.

Nesse sentido, cabe recuperar a reflexão proposta por Marisol de la Cadena ao pesquisar conflitos entre povos indígenas e mineração no Peru (DE LA CADENA, 2010), segundo a qual o conflito seria também pela definição de quem são os sujeitos habilitados a intervir no debate político, estendendo-os para além dos convencionalmente incluídos na formulação política e institucional do “projeto nacional”. Pois, como afirma De la Cadena (2010, p.345), é exatamente da conjunta separação entre Humanidade e Natureza e entre Humanos superiores e humanos inferiores que se delimitou o campo político tal qual o conhecemos hoje, do qual foram

excluídos os “seres outros que humanos e os mundos nos quais eles existem”. No entanto, a autora propõe que, rebatendo o sentido comum (produzido historicamente), a natureza é uma categoria política importante, estando no centro do antagonismo que continua excluindo a esfera indigenista da política convencional (DE LA CADENA, 2009).

Transpondo para o conflito em torno de Belo Monte, parece pertinente considerar que, ao demandar a participação política dos sujeitos múltiplos e de seus afetos, o que os moradores da Volta Grande do Xingu demandam é o alargamento dos limites da definição de ambiente, nos termos de um equívoco controlado. Esta categoria é assim explicada por De La Cadena (2009, p. 150, destaques da autora), interpretando a proposta de Viveiros de Castro (2004):

Os equívocos são lugares conceituais de manifestação de diferenças ontológicas, as quais, como Viveiros de Castro indica, tornam possível a pergunta antropológica e, eu adicionaria, *a formulação coelaborada de projetos políticos com espaço para diferentes mundos*⁹.

No contexto de Belo Monte, o equívoco acerca do termo ambiente se torna claro, mas, no sentido em que é em termos ambientais que o projeto de Belo Monte – assim como os demais grandes projetos de infraestrutura – é avaliado, se torna estratégico, mais do que eliminar a categoria “ambiente”, torna-la o lugar de um equívoco controlado, de forma a tornar os moradores da Volta Grande do Xingu legítimos adversários, no sentido de De La Cadena (2010), isto é, aptos a participar da política. Mas uma política cujas bases de cálculo seriam reformuladas de forma a se fazer, segundo a expressão de De La Cadena (2009), “pensar o impensável”. Alargar a definição de ambiente, no caso em questão, de forma que se possa abarcar o impensável é considerar-se que a demanda por se manter o Xingu *vivo* seja uma demanda legítima, tendo entre as consequências de seu barramento a morte de um número aberto de sujeitos humanos e não humanos como parte da análise, ou do cálculo, da viabilidade ambiental do projeto de construção da hidrelétrica. Pois se, pensando ainda com De La Cadena (2009, p. 163), mesmo se o Xingu como uma entidade sensível for derrotado quando confrontado com a visão do rio como potencial energético, o fato de convertê-lo em um ator visível no conflito, e a natureza pública da disputa sobre o que ele é, “pode indicar que um novo registro político está surgindo das sombras e se faz visível em

⁹ Tradução livre da autora a partir do original em espanhol,, como nas demais traduções de De La Cadena (2009).

resposta às perturbações provocadas pelo capitalismo neoliberal [...]; [isto é,] que a negociação exista é significativo”.

A necessidade de se alargar os conceitos no contexto de conflitos ocasionados pela construção de barragens não é nova: Carlos Vainer (2008), por exemplo, discute como o conceito de *atingido* é um conceito em disputa e as diferentes concepções (patrimonialista, hídrica, das agências multilaterais) que o permeiam. Essa discussão se tornou, inclusive, pauta de debates com a Eletrobrás, tendo sido de certa forma abarcada pelo setor elétrico que agora, não mais como nas barragens construídas na década de 1970, considera atingidos e inclui em seus programas de indenização pessoas que não possuem título da terra na qual residem ou trabalham e pessoas que não serão atingidas apenas pelo enchimento de reservatório, mas também aqueles à montante e à jusante da barragem. Contudo, Vainer (2008) demonstra também que se trata não apenas de uma carência de conceitos, mas também de vontade política de aplica-los:

Sem sombra de dúvida, é possível afirmar que o principal problema enfrentado nos últimos anos pelas políticas de equacionamento e tratamento dos impactos sociais e ambientais de projetos esteve menos na ausência de conceitos e critérios claramente estabelecidos que na resistência das empresas e dos quadros técnicos [...]. [A aplicação estrita de parâmetros já definidos pela Eletrobrás] teria certamente evitado muitos dos conflitos que se arrastam até hoje, elevando desnecessariamente os custos – tanto financeiros quanto sociais, políticos e institucionais. (VAINER, 2008, p. 59).

Por isso, como desde o início dos estudos sobre efeitos sociais das barragens alerta Lygia Sigaud (1988, p. 108): "Não basta conhecer adequadamente. É preciso reconhecer que a ‘população atingida’ é constituída de cidadãos brasileiros que têm o direito de serem respeitados", sendo necessário que este reconhecimento seja incorporado ao planejamento e à tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 395 p.

BOLSTANSKI, Luc. **De la critique** – Précis de sociologie de l'émancipation. Paris, Éditions Gallimard, 2009. 294 p.

BOUDES, Philippe. L'environnement, domaine sociologique. Tese de Doutorado - **Université Bordeaux 2 – Mention Sociologique**. Avril/ 2008. 536 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009. p.277-299.

DE LA CADENA, Marisol. Política indígena: un análisis más allá de 'la política'. **World Anthropologies Network (WAN)** - Red de Antropologías del Mundo (RAM). N. 04, January, 2009.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes : Conceptual reflections beyond « Politics». **Cultural Anthropology**, Vol. 25, Issue 2, pp. 334–370. 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference**. place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008.

FLEURY, Lorena C. “Essa água não tem nível”: Disputas cosmopolíticas e conflito ambiental em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia brasileira. Tese de Doutorado em Sociologia. **Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS)**. 2013.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243 p.

HAGE, Ghassan. Critical anthropological thought and the radical political imaginary today. **Critique of Anthropology**. 2012 32: 285

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. No. 5, pp7-42, 1995.

JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge** – The co-production of science and social order. Routledge: London and New York, 2006. 317 p.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Petites leçons de sociologie des sciences**. Paris, La Découverte, Point Seuil. 2003. 253p.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334 p.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Política e sociedade na construção de efeitos de grandes barragens: o caso Tucuruí. *In*: SEVÁ Filho, A. Oswaldo (org.). **Tenotã-Mô** – Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. International Rivers Network, 2005.

MEDEIROS, Hermes. Avaliação de Impactos do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Sobre a Vida Selvagem, Incluindo Implicações Socioeconômicas. *In*: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas** - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf Acesso em set/2010. 2009.

ROHDEN, Fabíola. Notas para uma antropologia a partir da produção do conhecimento, os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas. *In*: FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P.. (Org.). **Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva**. 1ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, v. , p. 49-57.

SANTOS, Leinard; ANDRADE, Lúcia (org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 1988.

SIGAUD, Lygia. Implicações sociais da política do setor elétrico. *In*: Santos, L., e Andrade, L., **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São. Paulo/CPI. 1988.

Stengers, Isabelle. Cosmopolitique – I ; II. Collection: La Découverte Poche / Sciences humaines et sociales n°161. 2003.

STENGERS, Isabelle. La proposition cosmopolitique. *In*: LOLIVE, J. SOUBEYRAN, O. **L’emergence des cosmopolitiques**. Paris : La Découverte. 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002. 552 p.

Viveiros de Castro, Eduardo. **Métaphysiques cannibales**. Paris: PUF (MétaphysiqueS), 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lúcia. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. *In*: SANTOS, Leinard; ANDRADE, Lúcia (org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 1988.

ZHOURI, Andrea ; LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 484 p.